

25 de Janeiro de 2007

CONTAS NACIONAIS DEFINITIVAS 2003

(Versão corrigida)

Na versão anterior existia um erro na 4ª linha do segundo paragrafo da 1ª página: onde se lia 2,6% deve ler-se 2,8%, tal como consta nos quadros 1, 2 e 3, os quais não foram alterados.

No quadro da elaboração de Contas Nacionais em base 2000, o INE disponibiliza os dados definitivos referentes a 2003, substituindo a informação provisória, e agregada, divulgada em Março de 2006. Os dados agora divulgados decorrem do tratamento de informação de base mais completa e abrangente, apresentando também um maior nível de detalhe. As contas nacionais definitivas de 2003 estão disponíveis no site do INE em www.ine.pt.

O Produto Interno Bruto (PIB) português foi 138 582 milhões de Euros em 2003, a que correspondeu um crescimento nominal de 2,3%, uma variação negativa em volume de -0,8% e um deflator de 3,2%. Estes valores apresentam um desempenho menos desfavorável face aos resultados provisórios anteriormente estimados (respectivamente 1,5%, -1,2% e 2,8%).

QUADRO 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO E COMPONENTES – Despesa

Componentes da Despesa	2002D	2003D	2003P	Variação em Valor			Variação do Volume			Variação do Preço		
				2002D	2003D	2003P	2002D	2003D	2003P	2002D	2003D	2003P
Despesa de consumo final	112 529	115 951	115 482	4,9	3,0	2,6	1,6	-0,1	0,1	3,2	3,2	2,6
- Despesa de consumo final das famílias residentes	82 730	85 075	85 174	4,4	2,8	3,0	1,3	-0,2	0,0	3,0	3,1	3,0
- Despesa de consumo final das ISFLSF	2 655	2 747	2 680	4,8	3,5	0,9	2,1	0,7	1,0	2,7	2,7	-0,1
- Despesa de consumo final das APU's	27 144	28 129	27 628	6,7	3,6	1,8	2,6	0,2	0,3	4,0	3,4	1,4
Formação bruta de capital	34 160	31 715	31 363	-2,5	-7,2	-8,2	-4,7	-8,3	-9,7	2,4	1,3	1,7
- Formação bruta de capital fixo	33 841	31 734	30 951	-1,1	-6,2	-8,5	-3,5	-7,4	-10,0	2,5	1,3	1,6
- Variação de existências	170	- 141	276	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor	149	122	136	-3,2	-18,1	-8,7	-6,5	-19,5	-10,7	3,5	1,7	2,3
Exportações de bens e serviços	37 879	38 789	38 564	1,4	2,4	1,8	1,4	3,9	3,7	-0,1	-1,4	-1,8
- Exportação de bens (FOB)	29 171	30 100	29 971	0,7	3,2	2,7	1,5	5,8	5,7	-0,8	-2,5	-2,8
- Exportação de serviços	8 708	8 689	8 592	3,7	-0,2	-1,3	1,2	-2,6	-3,2	2,5	2,5	1,9
Importações de bens e serviços	49 135	47 874	47 886	-2,4	-2,6	-2,5	-0,7	-0,9	-0,5	-1,7	-1,7	-2,1
- Importação de bens (FOB)	42 309	41 342	41 416	-2,7	-2,3	-2,1	-0,4	-0,2	0,4	-2,3	-2,1	-2,5
- Importações de serviços	6 826	6 532	6 470	0	-4,3	-5,2	-2,4	-5,2	-6,0	2,5	1,0	0,9
Produto Interno Bruto a preços de mercado	135 434	138 582	137 523	4,7	2,3	1,5	0,8	-0,8	-1,2	3,9	3,2	2,8

Unidades: Milhões de euros e percentagens; P=Provisório; D=Definitivo

Como se pode observar no Quadro 1, para a revisão em alta do valor nominal do PIB e da respectiva taxa de variação, contribuíram o crescimento mais dinâmico do que o anteriormente estimado da Despesa de Consumo Final das Administrações Públicas (3,6% face aos anteriores 1,8%), o desempenho menos desfavorável da Formação Bruta de Capital (-7,2% face à estimativa anterior de -8,2%), apesar do contributo negativo da variação de existências, e o crescimento das Exportações de 2,4%, que compara com a estimativa anterior de 1,8%.

Apesar dos resultados agora publicados reflectirem um desempenho menos negativo da economia portuguesa em 2003 do que o anteriormente estimado, confirma-se a situação de recessão económica, com o PIB a diminuir 0,8%, em volume, face a 2002, em resultado do contributo negativo da Procura Interna, (-2,2 pontos percentuais (p.p.) e positivo da Procura Externa (+1,4 p.p.). O Quadro 1 mostra ainda que, com excepção das Exportações, todas as componentes da Despesa tiveram evoluções em volume mais desfavoráveis em 2003 do que no ano anterior, com destaque para a Formação Bruta de Capital Fixo, com -7,4% (-3,5% em 2002). Também a Despesa de Consumo Final, (-0,1% em 2003 e +1,6% em 2002), as Exportações de serviços (-2,6% em 2003 e +1,2% em 2002) e as Importações de serviços (-5,2% em 2003 e -2,4% no ano anterior), evidenciam a situação recessiva verificada. Realça-se ainda a Variação de Existências negativa, o que se deve a três áreas de actividade bastante particulares: a silvicultura, em grande medida devido às consequências dos incêndios ocorridos nesse ano; os vinhos, em que houve destilação em quantidades superiores às habituais, com o objectivo de reduzir stocks, mas também o aumento significativo das exportações e ainda do consumo interno de “vinhos de qualidade”; e nos automóveis, em que os recursos disponíveis (produção e importações) foram inferiores aos empregos efectivos (vendas do mercado interno e exportações).

O Quadro 2 evidencia a variação do PIB, com base nos contributos dos principais agregados da Despesa, em valor, volume e preço. A Despesa de Consumo Final dos residentes, representando 84% do PIB, é o agregado que mais contribui para a redução do seu crescimento nominal, ao contribuir apenas com 2,5 p.p. em 2003 face aos 4,1 p.p. observados um ano antes. Já em volume, o seu contributo é negativo (-0,1 p.p.), representando uma redução de 1,5 p.p. na variação anual face à obtida no ano precedente. Também a Formação Bruta de Capital, que em 2002 já apresentava um contributo negativo, em valor, de 0,7 p.p., acentua o mau desempenho em 2003, com -1,8 p.p.. Esta tendência mantém-se quando se observam os resultados em volume, em que se passa de um contributo de -1,3 p.p. em 2002 para -2,1 p.p. em 2003. Por último, registre-se o comportamento favorável das Exportações, que têm um contributo nominal positivo de 0,7 p.p. em 2003, mais 0,3 p.p. que no ano precedente. Em volume, este é o agregado com melhor desempenho, acelerando a taxa de crescimento de 1,4% para 3,9%, o que representou 1,1 p.p. no crescimento do PIB. As Importações mantêm um desempenho similar em ambos os anos, o que se traduziu num contributo de -0,3 p.p. para o PIB.

QUADRO 2 – CONTRIBUIÇÕES PARA A VARIAÇÃO DO PIB

Componentes da Despesa	Peso no PIB (2003)	Variação em Valor			Variação do Volume			Variação do Preço		
		2002D	2003D	2003P	2002D	2003D	2003P	2002D	2003D	2003P
Despesa de consumo final	0,84	4,1	2,5	2,2	1,4	-0,1	0,1	2,7	2,6	2,1
Formação bruta de capital	0,23	-0,7	-1,8	-2,1	-1,3	-2,1	-2,4	0,6	0,3	0,4
- Variação de existências	0,00	-0,4	-0,2	0,1	-0,4	-0,2	0,1	0,0	0,0	0,0
Exportações de bens e serviços	0,28	0,4	0,7	0,5	0,4	1,1	1,0	0,0	-0,4	-0,5
Importações de bens e serviços	0,35	0,9	0,9	0,9	0,3	0,3	0,2	0,6	0,6	0,8
Procura Interna	1,08	3,4	0,7	0,1	0,1	-2,2	-2,4	3,3	2,9	2,5
Procura Externa	-0,08	1,3	1,6	1,4	0,7	1,4	1,2	0,6	0,2	0,2
Produto Interno Bruto a preços de mercado	1,00	4,7	2,3	1,5	0,8	-0,8	-1,2	3,9	3,2	2,8

Unidade: pontos percentuais; P=Provisório; D=Definitivo

A taxa de crescimento nominal do Valor Acrescentado Bruto (VAB) diminuiu de 4,4% em 2002 para 2,3% em 2003, ainda assim superior aos 1,4% anteriormente previstos. Já em volume, o abrandamento foi menor (1,3 p.p.), tendo passado de 0,8% em 2002 para -0,5% em 2003.

QUADRO 3 – PRODUTO INTERNO BRUTO E COMPONENTES – Oferta

Componentes da Oferta	2002D	2003D	2003P	Variação em Valor			Variação do Volume			Variação do Preço		
				2002D	2003D	2003P	2002D	2003D	2003P	2002D	2003D	2003P
Valor Acrescentado Bruto a preços base	117 751	120 465	119 429	4,4	2,3	1,4	0,8	-0,5	-0,8	3,6	2,8	2,2
- Agricultura, Silvicultura e Pesca	3 909	3 910	4 058	-3,6	0,0	3,8	2,4	-2,2	-3,1	-5,9	2,3	7,1
- Indústria e Energia	22 601	22 607	22 366	2,6	0,0	-1,0	-0,5	0,2	0,2	3,1	-0,2	-1,2
- Construção	8 943	8 500	7 996	2,3	-5,0	-10,6	-4	-8,7	-12,7	6,5	4,1	2,5
- Comércio; Reparação Automóvel; Alojamento e restauração; Transportes e Comunicações	28 793	29 221	29 220	4,3	1,5	1,5	0	-1,4	-1,8	4,3	2,9	3,3
- Actividades Financeiras, Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	24 087	25 363	24 929	4,2	5,3	3,5	2,3	2,2	1,7	1,8	3,0	1,8
- Outras Actividades de Serviços	29 418	30 866	30 860	7,8	4,9	4,9	2,5	0,4	1,4	5,2	4,5	3,5
- Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	17 683	18 117	18 094	7,2	2,5	2,3	0,8	-3,0	-3,9	6,4	5,6	6,4
Produto Interno Bruto a preços de mercado	135 434	138 582	137 523	4,7	2,3	1,5	0,8	-0,8	-1,2	3,9	3,2	2,8

Unidades: Milhões de euros e percentagens; P=Provisório; D=Definitivo

Como se observa no Quadro 3, ocorreu uma deterioração generalizada no desempenho dos vários ramos de actividade económica de 2002 para 2003. Apenas o agregado “Indústria e Energia” apresenta uma evolução favorável em 2003, devendo-se tal facto exclusivamente à componente “Energia”, em resultado do bom ano hidrológico, que se traduziu numa diminuição dos consumos de combustíveis. O agregado das “Actividades Financeiras; Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas”, apresentou um desempenho idêntico em ambos os anos. Todavia, esse comportamento deve-se fundamentalmente ao sector financeiro, cujo VAB cresceu mais de 8% em 2003. Destacam-se ainda os maus resultados obtidos, pelo sector da construção, com uma quebra de 8,7%, ainda assim bem menos desfavorável que o anteriormente estimado (-12,7%).

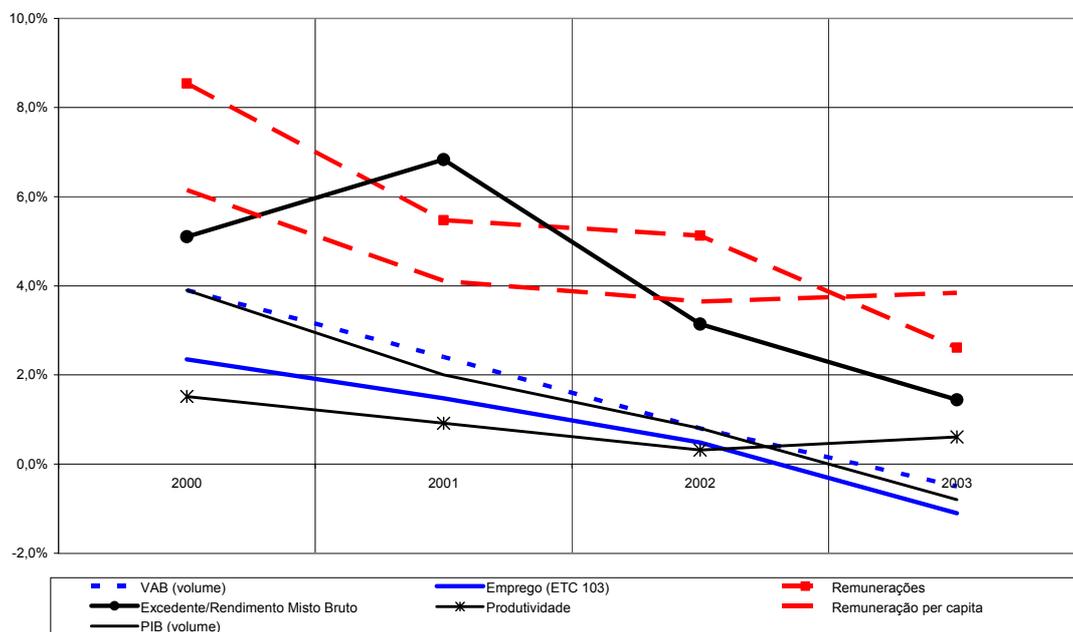
A situação recessiva da economia em 2003 é também comprovada pela evolução dos impostos líquidos de subsídios sobre os produtos que apresentam um abrandamento muito significativo, com a taxa de variação nominal a reduzir-se de 7,2% em 2002 para 2,5% em 2003, situação similar se analisados os resultados em volume. Em relação às principais componentes, verifica-se um forte crescimento nos subsídios aos produtos (+16,3% em valor) e um crescimento de 3,0% nos impostos sobre os produtos. Nestes últimos, a receita de IVA cresceu 3,8% e os outros impostos sobre os produtos apenas 2,2%, em resultado da quebra significativa do imposto de Sisa (-16%) e do imposto automóvel (-12,3%).

QUADRO 4 – VAB, EMPREGO, REMUNERAÇÕES e EXCEDENTE

	1999	2000	2001	2002	2003
VAB	98 992	106 545	112 817	117 751	120 465
Emprego Total (ETC 10 ³)	4 777	4 889	4 961	4 985	4 930
Emprego Remunerado (ETC 10 ³)	3 834	3 921	3 972	4 029	3 981
Remunerações	56 241	61 042	64 382	67 681	69 451
Impostos líquidos de subsídios à produção	-1 083	-567	-782	-694	-479
Excedente/Rendimento Misto Bruto	43 834	46 070	49 217	50 763	51 494
VAB per capita	20,7	21,8	22,7	23,6	24,4
Remuneração por empregado remunerado	14,7	15,6	16,2	16,8	17,4

Unidades: Milhões de euros; Valores a preços correntes; ETC (Equivalente a Tempo Completo)

GRÁFICO 1 – Evolução dos principais agregados macroeconómicos - Taxa de variação



O Gráfico 1 ilustra a trajetória da economia portuguesa, com os vários agregados representados a evidenciar um desempenho desfavorável. À semelhança do VAB e do PIB, pode verificar-se que o Emprego, as Remunerações e o Excedente/Rendimento Misto apresentam também uma evolução negativa. Com efeito, o Emprego (medido em “Equivalente a Tempo Completo”), que apresentava uma taxa de crescimento de 2,3% em 2000 e 0,5% em 2002, caiu 1,1% em 2003; as remunerações, ao registarem uma taxa de crescimento de 8,5% em 2000 e apenas 2,6% em 2003, são o agregado em que se verificou maior abrandamento. A taxa de crescimento da produtividade da economia também seguiu a tendência dos diversos agregados, passando de 1,5% em 2000, para 0,6% em 2003, depois de ter atingido a variação mais baixa em 2002 (0,3%).

SECTORES INSTITUCIONAIS

Os quadros seguintes apresentam os aspectos mais relevantes da conta de 2003 por sector institucional, designadamente, a distribuição do rendimento primário e do rendimento disponível, o consumo e a poupança, as despesas de acumulação e o saldo das contas não financeiras¹. Esta informação fornece uma indicação sobre a distribuição dos principais agregados da Economia Portuguesa pelos sectores institucionais: Sociedades não financeiras (S11), (Sociedades Financeiras (S12), Administrações Públicas (S13), Famílias (S14) e Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias – ISFLSF (S15)², assim como alguns dos saldos que representam a contrapartida de operações com o exterior Resto do Mundo (S2).

Rendimento Primário

Entre 2002 e 2003, não se registaram alterações significativas no peso relativo do VAB de cada sector institucional no PIB sendo, no entanto, de salientar a ligeira quebra do VAB das Administrações Públicas, resultante da evolução da componente “Despesas com o pessoal” reflexo do efeito conjugado das medidas de congelamento de contratações dos funcionários públicos, de aumentos salariais limitados aos ordenados inferiores a 1000 euros e da suspensão das revalorizações e reclassificações de carreiras.

Para esta quebra das despesas com o pessoal no sector das Administrações Públicas também contribuíram os efeitos das medidas legislativas de final de 2002 sobre o novo modelo de gestão dos hospitais públicos: Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro, que alterou a Lei de Bases do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e aprovou o novo regime da gestão hospitalar; 31 Decretos-Lei (do 272/2002, de 9 de Dezembro, ao 302/2002, de 11 de Dezembro) criando 31 sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos relativas a 31 hospitais ou grupos hospitalares num conjunto de 34 estabelecimentos hospitalares. Em consequência das alterações relativas à forma jurídica, e após a verificação do critério mercantil/não mercantil, estas unidades foram reclassificadas, deixando de integrar o sector das Administrações Públicas para passarem a estar incluídas no sector das Sociedades não Financeiras.

O efeito da reclassificação destas unidades reflectiu-se ainda numa quebra das despesas das administrações Públicas em bens e serviços, se bem que não pelo total das despesas de bens e serviços destes hospitais, na medida em que as Administrações Públicas passam a adquirir serviços de saúde a estas unidades. Por outro lado, assistiu-se a um aumento das prestações sociais em espécie, resultante dos compromissos assumidos pelo Estado, pela população que recorre aos serviços dos Hospitais SA no âmbito do SNS.

A situação de quebra do VAB do sector das Administrações Públicas foi contrariada pela variação positiva bastante significativa do saldo dos rendimentos primários. Em 2003, o contributo mais significativo para esta evolução deveu-se ao registo, em receita de Impostos sobre a produção e a importação (D.2), no montante de 926 milhões de euros, da operação de cessão de créditos do Estado. Esta operação teve os seus efeitos simétricos mais acentuados no sector das Sociedades não Financeiras.

¹ Por questões de arredondamento, poderão existir diferenças entre o total e a soma das parcelas.

² Os dados relativos aos sectores das Famílias e das ISFLSF são apresentados agregados.

QUADRO 5 – DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DO RENDIMENTO

Sectores Operações, Outros fluxos e saldos	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total
		Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Valor acrescentado bruto (VAB) por sector institucional e PIB	2003	62 908	7 621	21 685	28 250	138 582		138 582
VAB em % do PIB		45,4%	5,5%	15,7%	20,4%			
Valor acrescentado bruto (VAB) por sector institucional e PIB	2002	61 227	7 226	21 999	27 299	135 434		135 434
VAB em % do PIB		45,2%	5,3%	16,2%	20,2%			
Saldo dos rendimentos primários (bruto) Rendimento Nacional bruto	2003	16 237	3 576	17 343	99 474	136 630		136 630
	2002	16 919	3 339	16 503	96 341	133 102		133 102
	Var. nominal 03/02	-4,0%	7,1%	5,1%	3,3%	2,7%		2,7%

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Rendimento Disponível, Consumo e Poupança

A variação nominal do rendimento disponível das famílias e ISFLSF (ajustado da variação da participação líquida das famílias em fundos de pensões), foi de 3,3%.

Esta evolução foi naturalmente consequência do comportamento das suas diversas componentes, devendo destacar-se a relativa às prestações sociais cujo elevado crescimento, além de reflectir a evolução das transferências correntes recebidas e pagas pelas Famílias, foi especialmente afectado pela transformação dos hospitais-públicos em hospitais-empresa. A despesa em prestações sociais manteve-se em aceleração até 2003, atingindo uma taxa de variação anual de 12,1%.

A taxa de variação nominal da despesa de consumo final situou-se 0,4 p.p. abaixo da variação do Rendimento Disponível. A evolução destes dois últimos agregados conduziu a uma ligeira recuperação da taxa de poupança para o conjunto destes dois sectores (Famílias e ISFLSF), que passou de 10,5% em 2002 para 10,9% em 2003. O rendimento disponível das sociedades financeiras, excluindo o ajustamento pela variação da participação líquida das famílias em fundos de pensões, registou uma variação significativa, reflexo do contributo bastante positivo do saldo dos rendimentos de operações activas e operações passivas das unidades deste sector. Para o conjunto da economia, o rendimento disponível bruto cresceu 2,6%.

QUADRO 6 – DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DO RENDIMENTO, CONSUMO E POUPANÇA

Sector	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total
		Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Operações, outros fluxos e saldos	2003	11 295	2 994	26 185	98 562	139 036		139 036
	2002	10 743	2 745	26 673	95 393	135 554		135 554
	Var. nominal 03/02	5,1%	9,1%	-1,8%	3,3%	2,6%		2,6%
Despesa de consumo final	2003	-	-	28 129	87 822	115 951		115 951
	2002	-	-	27 144	85 385	112 529		112 529
	Var. nominal 03/02	-	-	3,6%	2,9%	3,0%		3,0%
Taxa de Poupança = Poupança / Rendimento disponível	2003	100,0%	100,0%	-7,4%	10,9%	16,6%	-	-
	2002	100,0%	100,0%	-1,8%	10,5%	17,0%	-	-
Saldo Externo corrente	2003	-	-	-	-	-	8 628	8 628
	2002	-	-	-	-	-	11 135	11 135

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Financiamento da Economia

O endividamento face ao exterior diminuiu quer em termos absolutos quer medido em percentagem do PIB, passando de -6,4% em 2002 para -3,9% em 2003. Para esta situação contribuíram todos os sectores, com excepção do das Administrações Públicas que apresentaram um agravamento deste indicador face ao ano precedente, registando uma necessidade de financiamento que se situou em 2,9% do PIB.

QUADRO 7 – DESPESAS DE ACUMULAÇÃO E SALDO DAS CONTAS NÃO FINANCEIRAS

Sector	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total
		Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Formação bruta de capital	2003	17 745	1 104	4 309	8 557	31 715		31 715
	2002	18 376	1 297	4 793	9 694	34 160		34 160
Capacidade Necessidade líquida de financiamento	2003	- 6 562	615	- 4 077	4 671	- 5 352	5 352	0
% do PIB		-4,7%	0,4%	-2,9%	3,4%	-3,9%		
Capacidade Necessidade líquida de financiamento	2002	- 8 218	- 520	- 3 913	3 975	- 8 676	8 676	0
% do PIB		-6,1%	-0,4%	-2,9%	2,9%	-6,4%		

Unidades: Milhões de euros e percentagens